

CLIPPING IMPRESSO

02/04/2022



INDICE

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. JUÍZES.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	4

VISITA

Corregedoria realiza visita a juizados de São Luís

Visitas com finalidade não apenas técnica, mas também de verificação do andamento dos serviços, bem como averiguação das condições de trabalho de servidores e servidoras. Foi com estes objetivos que a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), por meio do corregedor-geral, desembargador Paulo Velten, se fez presente, na manhã desta quinta-feira (31), em visita ao Juizado Especial de Trânsito e 1º e 6º Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo.

Nas visitas, ele esteve acompanhado do juiz auxiliar da CGJ-MA, Nilo Ribeiro; da juíza Andréa Perlmutter Lago, diretora do Fórum de São Luís e que está respondendo pela Coordenação dos Juizados Especiais; e da servidora Patrícia Farias, do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

No Juizado Especial de Trânsito, que funciona no Bairro da Vila Palmeira, ao lado do Detran, e que tem como titular o juiz Wilson Manoel Freitas Filho, a prestação jurisdicional encontra-se regular. Na oportunidade,



o corregedor conversou com a secretária judicial e ouviu as demandas da unidade, principalmente, no que se refere à estrutura do prédio. Na unidade, o acervo totalmente virtual engloba cerca de 674 processos. Um outro ponto observado foi a possibilidade de restabelecimento do serviço de Juizado do Trânsito Móvel.

Na sequência, foi visitado o 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, que funciona no bairro do Monte Castelo. A juíza titular Lucimary Castelo Branco deixou o corregedor e os juizes que o acompanhavam a par da situação da unidade. A principal demanda da magistrada referiu-se à localização do prédio onde

funciona o juizado, que fica fora de sua de jurisdição. O acervo do 6º Juizado, totalmente virtual, possui em média 1.300 processos. Por fim, foi visitado o 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que funciona na Rua do Egito, e tem como juíza titular Maria Izabel Padilha. O acervo processual da unidade é de 1.175 processos.

O vendedor de marrecas

OSMAR GOMES

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Personagem: Leocádio

O Leocádio morava de aluguel, casa humilde, quintal amplo e murado, daqueles para separar qualquer convívio e afastar o olhar alheio. Condições que asseguravam a criação de vinte duas marrecas, algo costumeiro no interior.

A vida no campo, na roça, no interior não é fácil e tem seus altos e baixos. Como nem tudo são flores, surge o aperreio e a necessidade de vender algumas marrecas.

Seu Leocádio era daquele que nunca foi ao campo pegar uma marreca, jamais pisou na lama e nunca conheceu campo alagado. Não compreende as intempéries que levam à cheia ou à seca.

Simplemente comprou tais marrecas de duas pessoas e as vendeu na cidade de Viana. Ficou com dois casais. Estava em casa, em dia de sexta-feira, quando toca o telefone, em um suspense maior que o big fone de um programa de TV.

– Seu Leocádio, é o senhor?

– Sim!

– Olhe, Seu Leocádio, um amigo seu disse que o senhor vende marrecas e eu tenho um sítio em São Luís e crio vários pássaros só não tenho é marreca.

– Só tenho 2 casais, disse Leocádio!

– Quanto é?

– Comprei a 7,00 reais o casal.

– Eu lhe pago 35,00 reais no casal.

Leocádio saiu imediatamente atrás de comprar marreca para revender, por entender que seria um bom negócio, porém não encontrou.

No dia seguinte novamente o telefone toca insistentemente na tentativa de falar com seu Leocádio. Nenhuma resposta. Nenhuma notícia da encomenda a ser bem remunerada.

No outro dia, uma segunda-feira, o telefone toca novamente. Num rápido diálogo logo responde de forma desanimadora: Tenho não senhor.

Leocádio estava em Viana, um amigo que presenciou o telefonema e disse que tinha um casal para vender. Rapidamente o telefonema volta para o interessado.

– Amigo, consegui as marrecas.

Conversa acertada, quantidade e condições de pagamento negociadas, marcam encontro para a entrega do combinado. Marcaram de se encontrar em Viana, na praça da Matriz.

Ao chegar ao local combinado, para surpresa, seu Leocádio avista uma pessoa em sua direção, vestido com a farda do Ibama.

O senhor está preso! Disse o agente investido em seu poder de polícia. Marreca é considerado animal silvestre e em extinção e sua comercialização indiscriminada é proibida, configurando tráfico.

O agente pegou seu Leocádio pelo pescoço e o colocou na viatura. A considerar seu trabalho na Prefeitura e estar sem qualquer documento de identificação, foi levado para a sede do Executivo municipal.

Lá, foi tirado da viatura e adentraram ao prédio. Conversa inicial estabelecida com a secretaria do Gabinete, solicitando algum documento de identificação para lavrar o auto de infração.

A funcionária da repartição disse que só com autorização do secretário de Administração. Eis que chega aquele tão esperado funcionário público e entrega os documentos.

Estava devidamente autuado o homem, que logo foi levado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais para proceder a lavratura. Lá, a história mudou. Em conversa mais decente, seu Leocádio se convence a assinar o auto.

Todo esse imbróglie resultou num processo judicial, atualmente já em fase de execução. O lucro, que seria de R\$ 28,00reais por casal de marrecas, se transformou em um considerável prejuízo de R\$ 4.000,00(quatro mil reais).

Com documento de execução em mãos, o oficial de Justiça diligenciou para proceder a intimação e penhora do débito em cartório. Encontrou na casa a esposa de dito cujo, a quem explicou o ato da Justiça que o levava ali.

Espantada e surpresa, a esposa de Leocádio replicou ao servidor do Judiciário nada entender e perguntou:

– O que é penhora? Exclamou em tom efusivo. O oficial explicou direitinho e a esposa de Leocádio em um tom tra-

– O que é penhora? Exclamou em tom efusivo. O oficial explicou direitinho e a esposa de Leocádio em um tom tragicômico disse que as únicas coisas que poderia levar dali eram somente a mãe, de Leocádio, ou os filhos, porque até a calça e a cueca era dada por ela, a esposa.

No fim das contas, Seu Leocádio ficou sem o lucro fácil dos marrecas e ainda teve sua honra abalada com a exposição, que se tornou pública, da origem das suas roupas de baixo.





O defensor-geral Alberto Bastos confirma presença de diversas autoridades, dentre elas os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

DPE vai inaugurar primeira fase de sua nova sede no Renascença

Coroando os quatro anos de sua administração, marcada pela maior expansão jamais vista na história da Defensoria Maranhense, o defensor-geral Alberto Bastos vai inaugurar no próximo dia 5 de maio, a 1ª fase das obras do novo prédio-sede da instituição, no bairro do Renascença II.

Durante a solenidade, também serão empossados 20 novos defensores públicos. Já está confirmada a presença de diversas autoridades, dentre elas os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em tempo: A sede da Defensoria Pública estadual funcionou durante 16 anos no casarão nº 421, no Centro Histórico de São Luís. Mais ampla e moderna, a nova unidade tem 10.000 m² a mais que o prédio antigo. Nesse primeiro momento, o atendimento à população permanecerá no casarão da Praia Grande

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



Um clima inóspito para a democracia

No Brasil, infelizmente, a qualidade da democracia ainda é baixa e o produto dela vem sendo ineficaz, com as distorções no sistema político, o abuso de poder e a crescente ocorrência do fenômeno da corrupção, que vêm deixando a nossa República em perigo. A instabilidade política vem criando um clima inóspito para a concretização da democracia plena no país. No Brasil, a fragilidade da composição nas esferas centrais de decisões políticas mantém uma cultura de mercantilização do poder, do qual germinam várias formas de corrupção, contribuindo decisivamente para desgastar e esvaziar a política de seu verdadeiro ideal, transformando a nossa democracia numa caricatura.

Hoje, além de uma reforma no sistema político, precisamos também de uma reforma moral. Se uma parcela do povo brasileiro desistiu da política, o espaço de convivência socialmente saudável encontra-se seriamente ameaçado, uma vez que quando desacreditamos na política, novos credos negativos se projetam, inclusive na defesa de um sistema autoritário como temos ultimamente observado.

Uma sociedade que se diz verdadeiramente democrática é aquela em que seus membros são todos solidários e interdependentes, ligados por um compromisso comum com base em uma consciência política que contribua para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Infelizmente, não é isso que estamos observando no Brasil. A cidadania ativa está sendo abertamente negada pelo Congresso Nacional, que vem rejeitando qualquer projeto de participação popular.

Cidadania política confere aos indivíduos não somente direitos e deveres, ela também revigora e desmistifica o poder político como único polo da tomada de decisão. O poder político deve ser uma ferramenta para servir ao povo. É uma aberração o fato de as agremiações partidárias brasileiras atuarem como facções manipulando questões vitais de interesse público para satisfazer interesses comprovadamente privados. Com isso, resumem a política a um espetáculo de batalhas mesquinhas entre políticos profissionais carreiristas. Muitos dos nossos representantes políticos não têm sentimento patriótico sequer com relação à soberania dos interesses econômicos do país e usam de métodos corruptos para se eleger.

A degeneração ética da política no país está transformando a democracia brasileira em sinônimo de incerteza, com contradições que nos distanciam cada vez mais daquilo que imaginamos como sendo uma sociedade verdadeiramente livre, democrática, justa, cumprindo seus deveres republicanos.

Para isso, temos uma Carta Magna instituidora de direitos constitucionais que precisam ser respeitados e efetivados na prática. Enquanto esses direitos não forem possíveis de existir concretamente não poderemos comemorar plenamente a democracia.

Nossa história, infelizmente, não é de paz, é de extrema violência. É por isso que nossa democracia torna-se frágil quando milhares de crianças continuam sendo estupradas diariamente no país, tendo sua dignidade subtraída, sua infância abortada, sem que o Estado consiga minimamente colocá-las na escola. Quando mulheres continuam sendo espancadas, humilhadas e obrigadas a fazer abortos clandestinos.

A nossa democracia se fragiliza também quando o poder econômico se coloca como definidor das vontades, dos desejos e das necessidades humanas. Quando o povo opta por utilizar seu direito ao voto para levar ao poder pessoas que achincalham e menosprezam o Estado Democrático de Direito, utilizando seus mandatos para defender seus próprios interesses.

No momento em que Estado Brasileiro deixa de garantir direitos de cidadania – civis, políticos e sociais – e impossibilita ampla participação social nas arenas decisórias, ele constrói seu próprio túmulo político e inviabiliza um futuro promissor para a nossa democracia.

Imprensa

A maioria da população brasileira (91%) reconhece que a imprensa ajuda a combater a corrupção ao divulgar escândalos que envolvem políticos e autoridades. No universo de entrevistados, 97% se declaram a favor da investigação e divulgação de casos e suspeitas de corrupção pela imprensa. Os cidadãos se veem representados e assistidos pelos meios de comunicação, que denunciam os males presentes na vida política. Os jornalistas e os meios de comunicação aparecem em primeiro lugar como principais canais de denúncias de corrupção.

Escravidão

Abolida no papel em 13 de maio de 1888, a escravidão ainda é uma marca que continua envergonhando o Brasil em pleno século XXI, conforme mostra a última edição da 'Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo'.

Perversidade

A falta de mudanças estruturais para a inclusão dos trabalhadores, fez com que hoje a escravidão moderna e perversa roube a dignidade do ser humano, atingindo em cheio sua liberdade e sua própria vida.

Escravidão

A escravidão não é uma coisa do passado. Ela é um fato também do presente e ainda persiste de várias maneiras no Brasil, que não conseguiu resolver esse problema que impõe a seres humanos a indignidade.

Desigual

Vivemos hoje num país não apenas com uma grave doença grave social e política. Não temos palavras nem ideias apropriadas para expressar como o Brasil se tornou tão violento e desigual, com sucessivos fracassos e retrocessos.